

## Clássicos, marxistas e marginalistas: uma análise econômica-jurídica

*Felipe Cesar José Matos Rebêlo*

Mestre e Doutorando em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico (PPGDPE), São Paulo, Brasil. Pesquisador atuante nas áreas de Direito Econômico, Direito Político/Eleitoral, Filosofia do Direito e Direito Internacional Público. Integrante do Grupo de Estudos de “Criança e Adolescente no Séc. XXI”, bem como dos grupos de pesquisa “Os Parlamentos Latino-Americanos” e “Políticas Públicas como instrumento de efetivação da Cidadania”, Universidade Presbiteriana Mackenzie. Diretor de Desenvolvimento Operacional do Instituto Milton Campos de Estudos Políticos de São Paulo. Advogado e Professor Universitário. São Paulo, SP-Brasil, e-mail: felipecesar375@gmail.com.

### Resumo

O presente artigo objetiva realizar uma análise envolvendo dois planos distintos do pensamento econômico: o entendimento clássico-marxista (Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx) e a escola marginalista (principalmente Carl Menger, William Jevons e Léon Walras). Serão defrontados esses pensamentos no tocante a análise econômica voltada para a sociedade, a possibilidade de seu direcionamento para o benefício social e preservação dos direitos essenciais. De outro lado, ainda serão estudados esses pensamentos quando relacionam as características do capitalismo, com o primeiro grupo criticando uma estrutura de exploração, e o segundo enervando o modelo como ajustado à justiça social. Tomando conhecimento das estruturas de cada ramo do entendimento econômico, é que se pode pensar o atual sistema político-econômico em sua validade, um sistema cujo implemento foi, é, e sempre será alvo de discussões.

### Palavras-chave

Pensamento Econômico; Capitalismo; Estado; Justiça Social; Direitos Essenciais

## *Classics, marxists, and marginalists: an economic and legal analysis*

### Abstract

This article aims to perform an analysis involving two different levels of economic thought: the Classical Marxist understanding (Adam Smith, David Ricardo and Karl Marx) and the

marginalist school (mainly Carl Menger, William Jevons and Leon Walras). These thoughts will be faced referring to an economic analysis directed to society, the possibility of its direction on social benefits and preservation of essential rights. On the other hand, will still be studied these thoughts when relate the characteristics of capitalism, with the first group criticizing a structure of exploitation, and the second unnerving the model as adjusted to social justice. Taking note of the structures of each branch of economic understanding, is that one might think the current political-economic system in its validity, a system whose implementation was, is and always will be subject of discussions.

### **Keywords**

Economic Thought; Capitalism; State; Social Justice; Essential Rights

### **Sumário**

Introdução. 1. O pensamento clássico da economia: Adam Smith e David Ricardo. 2. Karl Marx e sua análise econômica. 3. A Escola Neoclássica: momento histórico. 4. As ideias do marginalismo ou neoclassicismo. 4.1. Principais representantes do marginalismo. 5. Crítica ao marginalismo em oposição à perspectiva clássica-marxista: uma análise econômica-jurídica. 6. Os direitos fundamentais e sociais como perspectiva para análise das teorias econômicas. Conclusão.

### **Introdução**

O artigo que aqui se desenvolve objetiva tratar uma controvérsia ideologicamente instalada envolvendo, de um lado, os economistas clássico-marxistas, e, do outro, os chamados marginalistas, que instauraram um modelo de explicação do sistema econômico em oposição ao primeiro grupo citado.

Abordar o pensamento econômico é, ainda, muito relevante, por fornecer maiores subsídios para a compreensão do sistema econômico que controla o cotidiano, fornecendo, por outra monta, recursos para ainda se pensar se o sistema atual é conveniente em termos de preservação dos direitos básicos, direitos fundamentais e direitos sociais prescritos na Constituição Federal<sup>1</sup>, ou seria necessário um novo Estado que implantasse um sistema diverso, teoricamente, para melhorar a vida do homem, e dentro do mesmo quadro normativo.

Nesse sentido, inicialmente, serão abordadas as principais características dos economistas clássicos propostos (Adam Smith e David Ricardo), além de Karl Marx, mais precisamente em suas análises relativas a importância do estudo econômico para a sociedade, e suas teorias com enfoque na produção capitalista e harmonia social (o estudo da teoria clássica da remuneração dos fatores de produção se dará de forma conjunta ao estudo do pensamento marginalista).

---

<sup>1</sup> Quando o autor escreve “direitos fundamentais e direitos sociais” não o faz com a intenção de diferenciá-los. Pelo contrário, tem ambos como constituintes do mesmo grupo de direitos fundamentais constitucionais, mas destaca os direitos sociais na definição para lhes enfocar mais destaque na explanação que se desenvolve.

Em seguida, será realizado o mesmo procedimento com os marginalistas, escola do pensamento econômico surgida em meados do século XIX, liderada por intelectuais como William Jevons, Carl Menger e Léon Walras, com o escopo de se legitimar uma nova ordem que se instaurava. O foco de estudo seguirá o mesmo rumo da análise feita em relação aos clássicos e a Marx.

Obtidos os dados retrocitados, se estrutura uma crítica confrontando as duas visões, tudo com base nos principais pontos filosóficos oponíveis ao tema.

Por fim, far-se-á a conclusão do presente trabalho, no sentido de se auferir qual visão acerca do panorama econômico que circunda o homem revela-se como mais perspicaz e pujante no tocante à sua realidade, permitindo-se, por consequência, pensar se é necessário ou não uma mudança na estrutura político-econômica que rege a sociedade, e que confere a sistemática jurídica cotidiana.

Dessa forma, latente é a importância do trabalho em questão, por tratar da análise de escolas econômicas tão importantes, cujos ensinamentos e reflexões econômicas geram discussões e paradigmas até os dias de hoje, mormente no tocante à apreciação positiva ou negativa do sistema capitalista e da própria estrutura jurídica desenhada.

## 1. O pensamento clássico da economia: Adam Smith e David Ricardo

O pensamento econômico de Adam Smith e David Ricardo, principais representantes dos economistas clássicos, será abordado de forma objetiva, no tocante aos principais postulados estabelecidos e naquilo que for de interesse em confrontação com o pensamento neoclássico ou marginalista.

Adam Smith foi um teórico do pensamento econômico que sempre nutriu simpatia pelo trabalhador, apesar de sua condição socialmente privilegiada.

Em sua principal obra, “A Riqueza das Nações”, Smith desenvolve um trabalho que será a marca registrada do pensamento clássico: a busca de uma teoria do desenvolvimento econômico, que leve a sociedade a um status econômico e social superior<sup>2</sup>.

Desenvolveu os primeiros esboços mais concretos da teoria do valor-trabalho, fonte de inquietações envolvendo clássicos e neoclássicos. Sua teoria pode ser entendida da seguinte forma<sup>3</sup>:

---

<sup>2</sup> PINHO, Diva Benevides. Evolução da Ciência Econômica. In: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (orgs.). *Manual de Economia*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2001. p. 37.

<sup>3</sup> HUNT, E. K.. *História do Pensamento Econômico*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1981. p. 70.

(...) Smith afirmou que o pré-requisito para qualquer mercadoria ter valor era que ela fosse o produto do trabalho humano. Mas a teoria do valor-trabalho vai além disso. Assevera que o valor de troca de uma mercadoria é *determinado* pela quantidade de trabalho contido nesta mercadoria, mais a alocação relativa, em diferentes ocasiões, da mão de obra indireta (o trabalho que produziu os meios usados na produção da mercadoria) e da mão de obra direta (o trabalho que usa os meios para a produção da mercadoria) usadas na produção.

Adam Smith, é importante salientar, notou o trabalho como fator de influência do valor de troca nas economias pré-capitalistas, o que mudou superado este momento, passando o valor de troca a ser equivalente a soma das seguintes determinantes: salários, lucros e aluguéis<sup>4</sup>.

Assim, ordinariamente, a sua teoria se amolda, reiterando que os preços seguiriam o trabalho aplicado a uma singular mercadoria apenas no caso de o valor do capital por trabalhador ter se revelado o mesmo em diversas linhas de produção. Presente esta condição, os lucros equivaleriam aos salários em cada linha de produção, e os salários somados aos lucros forneceriam um preço proporcional ao trabalho aplicado em uma mercadoria. Pelo contrário, se o valor do capital por trabalhador variar nas linhas de produção, a soma dos lucros aos salários forneceria um preço que não apresentaria proporcionalidade em relação ao trabalho depositado em uma mercadoria<sup>5</sup>.

No entanto, discrepâncias quanto a variações podem ser observáveis, e perniciosas<sup>6</sup>:

Ao elevar o preço da mercadoria, o aumento dos salários opera da mesma maneira que os juros simples no acúmulo de dívida. O aumento do lucro opera como os juros compostos. Nossos comerciantes e mestres manufatureiros se queixam muito dos maus efeitos dos altos salários no aumento do preço, reduzindo assim a venda de seus bens tanto no comércio local como no externo. Nada dizem a respeito dos maus efeitos dos lucros altos. Preferem manter o silêncio com relação aos efeitos perniciosos de seus próprios ganhos. Eles se queixam apenas dos ganhos de outras pessoas.

Encerrando-se a análise do essencial do pensamento de Smith, deve-se dizer que este fixou a teoria do bem-estar econômico, bem como dissertou sobre os conflitos e a harmonia social<sup>7</sup>.

A primeira teoria centra-se na ideia de que a felicidade humana, bem ligada a uma boa situação econômica tanto individual quanto social, se aufere quando os produtos a serem consumidos correspondem o máximo possível aos desejos dos consumidores.

---

<sup>4</sup> Ibid., pp. 70-71.

<sup>5</sup> Ibid., pp. 71-72.

<sup>6</sup> SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. São Paulo: Madras, 2009. p. 88.

<sup>7</sup> HUNT, E. K., op. cit., pp. 77-84.

Por outro lado, a questão dos conflitos e harmonia social é o cerne de toda sua teoria econômica, afirmando que existem os conflitos em razão do caráter egoístico do homem, apesar de que, no fim, a mão invisível soluciona todos os problemas, levando à harmonia social<sup>8</sup>:

Confiava Smith no egoísmo inato dos homens e na harmonia natural de seus interesses: todo indivíduo se esforça, em seu próprio benefício, para encontrar o emprego mais vantajoso para seu capital, qualquer que seja ele – o que o conduz, naturalmente, a preferir o emprego mais vantajoso para a sociedade; o constante e ininterrupto esforço de todo homem para melhorar sua própria condição é frequentemente bastante poderoso para manter a marcha natural das coisas no sentido da melhoria, a despeito da extravagância do governo e dos piores erros da administração.

David Ricardo, por outro lado, também desenvolveu os tópicos econômicos que já preocupavam Adam Smith, mas de forma mais densa em termos de conteúdo, como a questão da teoria do valor-trabalho e da harmonia social, bem como o conflito de classes<sup>9</sup>.

O supracitado pensador reconhecia que todas as mercadorias que tivessem valor necessariamente deveriam ter utilidade (pois não poderiam ser disponibilizadas no mercado), mas não seria a utilidade que determinaria o valor.

Para Ricardo, os preços das mercadorias ligam-se, proporcionalmente, ao trabalho nelas desenvolvido. Discordando de Smith, asseverou que o postulado citado é algo válido tanto nas sociedades pré-capitalistas como capitalistas. Avançou sobre Smith, pois articulou que uma variação dos salários poderia levar a uma variação dos preços relativos, apesar de as quantidades de trabalho incorporadas às mercadorias não se alterarem<sup>10</sup>:

É esta concorrência que assim faz ajustar o valor de troca dos bens de modo que, depois do pagamento dos salários ao trabalho necessário à sua produção e de todas as outras despesas indispensáveis para repor o capital utilizado no seu estado inicial de eficiência, faz com que o valor restante em cada actividade seja proporcional ao valor do capital empregado.

O valor do bem depende do trabalho incorporado, mas diferenças no valor do capital por operário podem levar a variações dos preços, apesar de estas serem irrelevantes, por duas razões<sup>11</sup>:

Primeiramente, Ricardo acreditava que elas seriam muito pequenas. Em segundo lugar, quando se levavam em conta as quantidades agregadas – de

---

<sup>8</sup> PINHO, Diva Benevides, op. cit., p. 39.

<sup>9</sup> HUNT, E. K., op. cit., pp. 118-134; 139-142.

<sup>10</sup> RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e de Tributação*. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. p. 101.

<sup>11</sup> HUNT, E. K., op. cit., pp. 131.

que tratavam suas teorias da distribuição e da acumulação – as variações das razões de preço, em relação às razões de trabalho, seriam eliminadas. Era óbvio que, se todos os processos de produção tivessem a mesma composição de capital, estas razões seriam iguais. Pelo mesmo raciocínio, quaisquer mercadorias que fossem produzidas por processos com a *composição de capital socialmente média* sempre teriam preços nelas incorporado. As mercadorias produzidas com mais capital do que a média social teriam seus preços “diminuídos com o aumento dos salários e aumentados com a queda dos salários”, ao passo que as que fossem produzidas com menos capital do que a média social “aumentariam com o aumento dos salários e diminuiriam com a queda dos salários”.

Quanto à questão do conflito de classes e da harmonia social, novamente discorda de Adam Smith, mormente quando analisa o fenômeno do maquinismo, e afirma que este causa, ainda que involuntariamente, o desemprego, piorando ainda mais as condições do trabalhador<sup>12</sup>.

Com isso, encerramos a abordagem atinente ao necessário e conveniente pensamento clássico da economia, em que se abordaram as principais ideias de Ricardo e Smith, mais precisamente as ideias relacionadas ao trabalho em pauta<sup>13</sup>. O mesmo procedimento será realizado em relação a Marx, no próximo item.

## 2. Karl Marx e sua análise econômica

Karl Marx e seu pensamento serão abordados enfocando-se os seguintes itens: a teoria do valor-trabalho, bem como a questão da harmonia social e o conflito de classes<sup>14</sup>.

O seu pensamento encontra algumas discrepâncias em relação ao pensamento anterior elucidado, nos seguintes termos<sup>15</sup>:

A teoria de como os sistemas econômicos crescem no tempo foi desenvolvida pelos economistas clássicos, particularmente Smith e Marx. Ambos entendiam que o objeto da economia – ou da “economia política”, como eles denominavam a disciplina em sua época – era o sistema capitalista. Eles estavam interessados em compreender a lógica subjacente à maneira pela qual as economias capitalistas alocavam recursos, que ambos identificavam como a teoria do valor-trabalho e dos preços, e em compreender como elas se desenvolviam: Smith atribuía à divisão do trabalho e à acumulação de capital, e Marx à mesma acumulação de capital e ao progresso tecnológico.

<sup>12</sup> PINHO, Diva Benevides, op. cit., p. 39.

<sup>13</sup> A teoria sobre os fatores de produção, muito importante no pensamento clássico, será estudada conjuntamente com o pensamento marginalista ou neoclássico.

<sup>14</sup> HUNT, E. K., op. cit., pp. 230-251.

<sup>15</sup> BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica*. Revista de Economia Política. V. 29, nº 2, pp. 163-190, abril/junho de 2009. Acesso em: 25.03.2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n2/01.pdf>. p. 173.

Assim, Marx estruturou sua teoria do valor-trabalho, basicamente, sobre o que já havia sido desenvolvido pelos clássicos, acrescentando-se alguns tópicos importantes, como a questão da mais-valia.

De forma sumária, pode-se dizer que Marx sempre considerou que o capitalista leva algum tipo de vantagem nas relações de produção.

Nesse sentido, adquire o benefício com uma mercadoria, podendo criar um valor maior que o da sua própria força de trabalho (entendida como a capacidade do homem para o trabalho). E consegue o benefício pagando ao trabalhador um valor igual a sua força de trabalho, porém um valor equivalente, apenas, a parte da produção diária do mesmo. Verifica-se, aí, a chave da doutrina econômica marxista, que nos fala da exploração exercida pelo capitalista nas relações de produção, com essa exploração consistindo na diferença entre o salário pago e o valor do bem produzido, algo engendrado por Marx como mais-valia<sup>16</sup>.

O valor do bem entra nessa descrição. Marx, antes de se concluir acerca da significação da teoria do valor-trabalho, fez a seguinte diferenciação:

- a) Tempo de trabalho necessário e trabalho necessário: o primeiro é a parte da jornada de trabalho durante o qual é produzido o valor da força de trabalho, enquanto o segundo é o trabalho realizado naquele lapso de tempo;
- b) Tempo de trabalho excedente e trabalho excedente: tem-se o primeiro quando a jornada de trabalho rumo além do tempo de trabalho necessário, sendo o segundo o trabalho realizado neste último lapso de tempo enfocado.

Quer, portanto, o pensador alemão<sup>17</sup> acrescentar que “o que determina a grandeza do valor, portanto, é a quantidade de trabalho socialmente necessária ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor-de-uso. Cada mercadoria individual é considerada aqui exemplar médio de sua espécie”.

As duas determinantes enunciadas em segundo lugar, para Marx, constituem um traço característico do capitalismo, em que o trabalhador produz muito mais do que o equivalente a suas necessidades vitais, gerando um valor a mais apreciável pelo empresário, consistente na mais-valia. Com base nessa relação entabulada entre os atores na produção econômica é que se aufera o valor de uma mercadoria: corresponde ao excesso da duração de uma jornada de trabalho ou

---

<sup>16</sup> TROSTER, Roberto Luis; MOCHÓN, Francisco. *Introdução à Economia*. 2ª ed. São Paulo: Makron Books, 1994. p. 73.

<sup>17</sup> MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 27ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Livro I. V. I. p. 61.

dia de trabalho sobre o tempo de trabalho necessário, essencial para a manutenção da subsistência do trabalhador, tendo-se, portanto, ao final da relação e depois da produção, o capital do capitalista como um fundo de valor incorporado ao bem econômico. Em síntese, a força de trabalho é a fonte primordial da mais-valia, e da apreciação referente ao valor das mercadorias.

Melhor estruturado o arcabouço teórico sobre a teoria do valor trabalho sob o ângulo marxista, deve-se diferenciar o capital constante do capital variável.

Constante são os bens como máquinas e matérias-primas, que só podem transferir seu próprio valor ao valor final do produto. O capital variável, por seu turno, é a força de trabalho que o capitalista, na visão de Marx, compra. Esse capital aumenta quando a força de trabalho comprada se transforma em trabalho real aplicado em uma determinada mercadoria, outra faceta da supracitada relação de mais-valia. Trata-se da figura de coroação do sistema capitalista descrito por Marx, momento em que a exploração alcança o seu ápice (os fatores de produção não se remuneram adequadamente).

Em suma, pode-se dizer que Marx desenvolveu a teoria do valor-trabalho dos clássicos incutindo novos conceitos, como a sistemática da mais-valia apresentada (ou lucro, na visão de Adam Smith), centrando-se uniformemente as correntes filosóficas citadas no epicentro teórico de que o valor de um bem se relaciona intimamente ao trabalho despendido em sua produção.

Por fim, cabe salientar que Marx também abordou a questão da harmonia social e do conflito de classes, que já interessavam a Ricardo e Smith muito antes de Marx confeccionar seus escritos econômicos. No entanto, com este último, a discussão se deslocou em um rumo mais radical.

Marx estabeleceu a ideia de que inexiste uma harmonia social, persistindo uma relação de opressão por parte das classes mais poderosas em relação ao proletariado, sendo o Estado apenas uma forma de se garantir essa situação. Assim, o conflito de classes é observável na doutrina marxista, podendo-se alterar a situação de injustiça imperante com uma revolução no cerne da sociedade e nas relações de produção (acabando-se com o capitalismo), que permita aos oprimidos alçar voos maiores na estratificação social através da tomada do poder, até que se conclua um processo de longo prazo de construção de uma sociedade, segundo Marx, igualitária e fraterna<sup>18</sup>.

### 3. A Escola Neoclássica: momento histórico

---

<sup>18</sup> Nas palavras de George Boucher, “[f]inalmente, numa hipotética sociedade futura, a classe proprietária e os produtores diretos coincidiriam, de modo que o produto social excedente seria distribuído igualmente (socialismo) ou como requerido por cada um (comunismo)” (BOUCHER, George. *Marxismo*. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 96).



Antes de se tecer as devidas explanações acerca da Escola Neoclássica e suas principais características, faz-se necessário o deslocamento da análise para as raízes históricas que envolveram esse ramo do pensamento econômico, ainda mais por tal escola não ser de conhecimento mais difundido, caso se compare com as situações de Smith, Ricardo e Marx, cujo ambiente histórico já se encontra consolidado no conhecimento da maior parte dos estudiosos de temas econômicos, jurídicos e sociais.

Foi na segunda metade do século XIX que floresceu a Escola Neoclássica ou marginalista, um período histórico bem intrigante, conforme se demonstrará a seguir<sup>19</sup>.

Em meados do século XIX, mais precisamente entre 1840 e 1873, se verifica uma grande expansão econômica europeia, algo também ocorrido nos Estados Unidos da América. Essa grande expansão, que também se deu de forma significativa no ramo industrial, principalmente na indústria pesada, teve como um de seus alicerces a 2ª Revolução Industrial, inaugurada em 1860.

Como consequência desse quadro, o crescimento instaurado levou a uma concentração cada vez maior do capital, bem como do poder industrial e da riqueza. A concentração, é de bom alvitre enfocar, resultou, ainda em parte, de uma concorrência feroz que eliminou os concorrentes menores, tendo-se a formação dos conhecidos cartéis e trustes, bem como a reiterada prática de fusões entre empresas.

De outra via, as inovações tecnológicas da época possibilitaram o atendimento mais amplo dos mercados, e de uma forma mais eficiente, por um número pequeno de grandes empresas. Nesse quadro, é que surge a figura da sociedade anônima, se revelando como o modelo adequado para a condução de uma nova realidade.

Na Europa e nos Estados Unidos da América, desenvolveu-se um grande mercado financeiro, canalizando-se recursos de milhares de indivíduos e empresas para as grandes sociedades anônimas, cada vez mais hercúleas e colossais.

Por via oblíqua, acabou se expandindo o capitalismo com o apoio da grande empresa, da sociedade anônima, sendo um meio hábil de concentração do poder econômico por meio de ações, se desvinculando a propriedade dos capitais e a responsabilidade pessoal. Tem-se, a partir de então, a economia planejada pela grande empresa, momento no qual não seria o mercado que ditaria as regras, e sim o poder econômico, e o consumidor figuraria mais como uma espécie de massa de manobra<sup>20</sup>.

A Escola Neoclássica, portanto, se destacou como um ramo do pensamento econômico de confirmação da nova realidade que se apresentava ao final do século XIX, situação na qual um capitalismo concorrencial (comércio mais aberto, sem barreiras para a atuação dos vários agentes

---

<sup>19</sup> HUNT, E. K., op. cit., p. 277.

<sup>20</sup> BAGNOLI, Vicente. *Direito e Poder Econômico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 56.

concorrenciais) é substituído por um capitalismo monopolista, com a concentração do poder econômico e o destaque para as grandes empresas.

Outrossim, outro fator histórico inerente ao século XIX revela-se como fundamental para a edificação da Escola Neoclássica como representativa no cenário econômico da época: trata-se de um ajuste de vontade envolvendo importantes agentes econômicos à época, quais sejam, os capitalistas industriais, os capitalistas comerciantes e os proprietários de terra<sup>21</sup>.

No início da Revolução Industrial (década de 1760), os capitalistas industriais estavam em conflito com os proprietários de terra e os capitalistas comerciantes pela supremacia econômica e política. Os primeiros, apenas interessados em acumular capital, queriam vislumbrar o porquê deste acontecimento, sendo que a teoria do valor-trabalho, preconizando trabalho produtivo e improdutivo<sup>22</sup>, satisfaz, em um primeiro momento, suas necessidades, pois o trabalho produtivo era fonte de trabalho excedente, possibilitando a expansão do capital.

Quanto aos capitalistas comerciantes e proprietários de terras, que auferiam suas rendas das trocas e da propriedade, respectivamente, a perspectiva econômica utilitária foi mais benéfica (Malthus, Say e Senior, que podem ser considerados os antecessores ideológicos dos marginalistas ou Escola Neoclássica), exaltando-se a propriedade privada da terra, do capital, e o benefício que a troca proporciona à sociedade.

No entanto, com o crescimento da sociedade anônima e da industrialização<sup>23</sup>, a acumulação permaneceu sistematizada. Foram contratados administradores para gerenciar as empresas e canalizar os lucros. O empresário capitalista, na produção industrial, passou a ser menos importante. Por conseguinte, suas funções sócio-econômicas se aproximaram das inerentes aos proprietários de terras (lucros e juros resultantes da propriedade passiva). As necessidades ideológicas das duas classes passaram a ser idênticas, em uma teoria que sancionasse a propriedade e a troca.

Pelo todo até agora exposto, assevera-se que o marginalismo ou a Escola Neoclássica se forma pela conjunção dos fatos apresentados. Para alguns autores<sup>24</sup>, tratava-se de um período próspero dos países ocidentais, em que os salários melhoravam e os sindicatos se ampliavam, enquanto que, para outros<sup>25</sup>, seria uma época turbulenta, onde o ajuste econômico era difícil e o

---

<sup>21</sup> HUNT, E. K., op. cit., pp. 312-313.

<sup>22</sup> Adam Smith é quem bem diferencia essas espécies de trabalho. Produtivo é o trabalho que produz capital, enquanto o improdutivo é o que é imediatamente trocado por renda, em outras palavras, é o que fornece salário ou lucro (ROSAVALLON, Pierre. *O Liberalismo Econômico: história da ideia de mercado*. Bauru: EDUSC, 2002. pp. 98-99).

<sup>23</sup> Cf. DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. 9ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987. p. 310 e ss.

<sup>24</sup> PINHO, Diva Benevides, op. cit., pp. 41-42.

<sup>25</sup> POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. p. 255.

desajuste dos preços e do nível de renda provocavam o prolongamento das depressões e das tensões sociais, algo apenas a ser absorvido pela iniciativa política. Mas, ao final de todas as controvérsias, não se pode negar que surgem os neoclássicos no pensamento econômico como a fonte legitimadora de uma nova ordem, buscando-se, acima de tudo, uma nova abordagem teórica do quadro econômico que se impunha.

#### 4. As ideias do marginalismo ou neoclassicismo

Antes de se passar propriamente à análise da Escola Marginalista, é de bom tom, ainda que de forma célere, explicar o porquê dessa denominação “marginalista”. As demais denominações não serão tratadas neste momento, pois o desenvolver do presente trabalho possibilitará a devida compreensão das mesmas.

A Escola Neoclássica da economia, ou ainda conhecida como a teoria subjetiva do valor ou *mainstream economics*, também é notada como marginalista pois ampara toda sua teoria sobre o que se chama análise marginal, procedimento intelectual que dá o fundamento básico de seus defensores.

Introduzindo o tema, devem ser diferenciados certos aspectos importantes envolvendo o pensamento clássico-marxista (Adam Smith, David Ricardo e Marx) e a doutrina de Say, um dos teóricos que inspirou o desenvolvimento marginalista.

Para a concepção clássica-marxista, complementando-se o já estudado, o salário é o preço da força de trabalho, sendo o lucro do proprietário, de nenhuma forma, remuneração de qualquer outro fator de produção. Say, por seu turno, enfatiza que os trabalhadores, capitalistas e proprietários estão em posição idêntica, com o titular de cada fator de produção recebendo um rendimento autonomamente<sup>26</sup>.

Para Say, portanto, tem-se uma distribuição natural do rendimento e a justiça social, sempre se verificando a remuneração adequada pela singular contribuição produtiva. A teoria de Say enfoca o princípio dos 3 fatores (capitalistas, trabalhadores e proprietários), algo retomado pela teoria subjetiva do valor ou marginalismo. Com esse teórico da economia entende-se como medida do valor dos bens o sacrifício dos que produzem, e a abstinência é o elemento subjetivo do valor, justificada pela compensação do lucro, assim como o salário justifica o sacrifício do trabalho<sup>27</sup>.

---

<sup>26</sup> NUNES, António José Avelãs. *Uma Introdução à Economia Política*. São Paulo: Quartier Latin, 2007. pp. 402-403.

<sup>27</sup> Ibid., p. 403.

Nesse diapasão, tanto o empregador como o trabalhador passam por sacrifícios, sendo recompensados. O sacrifício do empregador é a abstinência referente à possibilidade de consumir, recompensado pelo lucro, enquanto o trabalhador sofre com o trabalho, mas obtém recompensa pelo salário.

Embasando-se, também, nessas ideias iniciais de Say, é que despertaram os marginalistas para o cenário do pensamento econômico.

Destacaram-se, precipuamente, entre 1870 e 1929. No primeiro decênio, década de 70 no século XIX, o economista passou a se preocupar com a alocação dos recursos escassos por meio de usos alternativos, maximizando a utilidade dos bens e a satisfação dos consumidores. Em 1929, não obstante, ocorreu a eclosão de uma crise financeira grave, suficiente para abalar o pensamento econômico clássico. Os marginalistas, nesse período, buscaram integrar a teoria da utilidade do valor com a teoria do custo de produção, alocando-se os recursos com o auxílio da análise marginal<sup>28</sup>.

Superadas essas considerações introdutórias, a análise perpassa as ideias marginalistas propriamente ditas, o que será feito confrontando-se esse cabedal com o conhecimento dos economistas clássicos. Nessa seara, cita-se como importante a contribuição de António José Avelãs<sup>29</sup> na abordagem do tema.

As diferentes escolas podem ser diferenciadas quanto ao estudo do valor de um bem e quanto a preocupação central do estudo.

Para os clássicos, retomando o já explorado, o valor de um bem refere-se ao trabalho nele depositado, para a sua confecção. Os marginalistas, por seu turno, creditam à utilidade de um bem o valor do mesmo.

Para os marginalistas, os fatores que determinam o valor de um bem são a sua raridade e a intensidade da necessidade que se satisfaz. Destaca-se a lei da utilidade decrescente, ou lei da utilidade marginal, em que a utilidade dos bens decresce com o aumento da quantidade disponível, de tal forma que a utilidade das unidades é inferior a utilidade da unidade precedente. O que decresce é a utilidade marginal, a do último bem disponível, e não a utilidade total, que aumenta com o aumento da quantidade de bens disponíveis. Isso explica o porquê de bens úteis valerem menos: a utilidade marginal da água é quase nula, pois existem várias unidades do bem. O ouro, em quantidade baixa, tem utilidade inicial menor, mas a sua utilidade marginal é mais alta.

Os marginalistas afirmam que a atividade econômica produz utilidades para a satisfação das necessidades dos indivíduos. Assim sendo, o consumo é o que impulsiona a economia, e não a acumulação, tendo-se a soberania do consumidor, e não a soberania do produtor.

---

<sup>28</sup> PINHO, Diva Benevides, op. cit., p. 42.

<sup>29</sup> NUNES, António José Avelãs, op. cit., pp. 408-439.

Quanto a preocupação central do estudo, os clássicos se voltam para o crescimento econômico, o estudo das causas das riquezas das nações, a dinâmica que conduziria a melhoria das condições de vida das pessoas.

Os marginalistas, por seu lado, notam a economia como a ciência da escassez, a ciência das trocas, procurando-se definir os requisitos para a afetação dos recursos existentes (que são escassos) com fulcro em usos alternativos, durante certo tempo, tendo-se como padrão de racionalidade a maximização da satisfação dos consumidores.

Em outras palavras, os clássicos assimilam a economia com o aspecto social, enquanto os marginalistas a assimilam à eficiência. Com estes, ignorar-se-ia a ciência econômica como teoria do sistema social, em que a atividade econômica prende-se às classes, condicionando todo o processo de produção e distribuição da riqueza. Os indivíduos, as empresas, são agentes econômicos isolados, tendo-se uma concorrência perfeita, na qual os titulares dos fatores de produção recebem parcela proporcional a sua contribuição, sem subsistir excedentes.

Concluindo a diferenciação proposta, cumpre estudar, ainda que sucintamente, o pensamento de Lionel Robbins, defensor do marginalismo.

Lionel Robbins apresenta uma definição de ciência econômica: é a que estuda o comportamento humano enquanto relação entre fins e meios escassos susceptíveis de usos alternativos.

Tem-se a relação bens econômicos (naturalmente escassos) com usos alternativos, devendo atender a necessidades desiguais, escalonadas em uma ordem de preferência (é o problema econômico).

O problema econômico será resolvido por um ato de escolha, ato econômico (pelo *homo oeconomicus*, ou seja, homem baseado em um critério de racionalidade econômica como medida das decisões desde o início dos tempos), com base em um critério de racionalidade: o princípio econômico. Esse ato de escolha, ainda, pauta-se pelo princípio do máximo resultado (maximização da realização) e o princípio da economia de meios (realização com o mínimo de dispêndio dos meios disponíveis). A escolha implica em uma renúncia a outras atividades desejadas, o que se dá por um ato econômico por excelência.

Assim, para Robbins, a lei da escassez é a lei fundamental da vida dos homens.

A conduta assume a forma de uma escolha enquanto o tempo e meios para o alcance dos objetivos são limitados, tendo-se a aplicação alternativa.

As palavras-chave para Robbins são as seguintes: tempo e meios escassos, meios de usos alternativos, objetivos em uma ordem de importância, escolha, sacrifício.

Robbins encarna os marginalistas no sentido de ver a atividade econômica como consistente em maximizar um resultado, com base nos meios disponíveis. Assim, toda a atividade

humana é relevante a ciência econômica (toda a atividade em busca do máximo do prazer individual), e não apenas parte dela.

Na visão de Robbins, impera o princípio universal da racionalidade econômica (ou do cálculo econômico), que se traduz na economia de meios. Para ele, a ciência econômica estuda as relações entre homens e bens econômicos (há relações interdependentes entre ambos). A ciência econômica é a ciência da escolha, que se aplica ao homem isolado ou não (qualquer que seja o tipo de sociedade).

Conhecidas as características primordiais da Escola Neoclássica, explicitadas nos antecedentes conceituais e doutrinários aqui descritos, se faz plausível o estudo de seus principais representantes como complemento lógico do abordado.

#### 4.1. Principais representantes do marginalismo

O Neoclassicismo, a rigor, subdivide-se nas seguintes Escolas<sup>30</sup>:

- a) Escola de Viena ou Escola Psicológica Austríaca: Carl Menger como principal membro;
- b) Escola de Lausanne ou Escola Matemática: Léon Walras como principal representante;
- c) Escola de Cambridge: Alfred Marshall como principal representante;
- d) Escola Sueca: Knut Wicksell como principal representante.

William Stanley Jevons, de início, não pode ser enquadrado em nenhuma das escolas citadas, mas junto a Menger e Walras, são os grandes expoentes do marginalismo, o que também justifica seu estudo.

Carl Menger formulou a teoria do valor de troca, com base no princípio da utilidade decrescente, já estudado no presente artigo. Elaborou, outrossim, a teoria do valor, que realça os seguintes elementos envolvendo o homem e um bem<sup>31</sup>: “(i) There must be a human want. (2) The thing must possess such properties as will satisfy this want. (3) Man must recognize this want-satisfying power of the thing. (4) Man must have such disposal over the thing that it can be used to satisfy the want”.

Dessa forma, a teoria do valor se revela como sustentáculo ao pensamento neoclássico, no sentido de se estabelecer que aos bens correspondem desejos humanos, que são classificados de acordo com uma ordem de importância valorativa<sup>32</sup>:

---

<sup>30</sup> PINHO, Diva Benevides, op. cit., pp. 43-46.

<sup>31</sup> STIGLER, George J.. *The Economics of Carl Menger*. The Journal of Political Economy. V. 45, nº 2, abril de 1937. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1824519>. Acesso em: 20 de setembro de 2015. p. 231.

<sup>32</sup> PINHO, Diva Benevides, op. cit., p. 43.

Ultrapassou, assim, a posição dos clássicos – que se limitavam a estudar os problemas dos preços em uma economia de troca e acreditavam que o valor dos bens depende da quantidade de trabalho neles incorporado. Buscou Menger uma teoria do valor que explicasse a importância atribuída subjetivamente pelos indivíduos aos bens, fundamentando o valor sobre a utilidade de um bem que existe em quantidade limitada (noção de margem) e sobre sua aptidão para satisfazer as necessidades dos sujeitos econômicos.

William Jevons, que baseou seus estudos nos ensinamentos de Jeremy Bentham, Richard Jennings e H. D. MacLeod<sup>33</sup>, por seu lado, iguala Menger discordando dos clássicos quando coloca que o valor depende da utilidade. Para ele, todas as pessoas apresentam duas características fundamentais: elas extraem utilidade do consumo das mercadorias, e são maximizadoras racionais e calculistas, sendo este último elemento da ação humana o único a ser estudado em economia. Ademais, diferenciou utilidade total da utilidade marginal. Esta determina os preços, e os agentes de troca, com regularidade, chegam a preços de equilíbrio quanto a duas mercadorias, maximizando as utilidades individuais<sup>34</sup>.

O principal representante da Escola de Lausanne, Léon Walras, estruturou a teoria do equilíbrio geral, defendendo a interdependência dos preços no sistema econômico, na micro e macroeconomia. Em resumo, sintetiza ele um equilíbrio concorrencial, em que as condições de cada troca são públicas e notórias, podendo os vendedores abaixar seus preços e os compradores aceitar as ofertas. É um equilíbrio em todos os mercados<sup>35</sup>.

O economista de Cambridge, Alfred Marshall, observa que a maior parte da vida do homem orienta-se para a obtenção do ganho econômico, sendo que as motivações podem ser medidas com base em um denominador comum: a moeda. Por conseguinte, dedicou-se ao estudo dos preços para descobrir as regularidades da atividade econômica<sup>36</sup>.

Ainda para Marshall, demanda e a oferta determinam o preço de mercado, espelho dos desejos dos consumidores<sup>37</sup>:

(...) os consumidores teriam de escolher entre mais de um bem e menos de outro (ou outros) para maximizar sua utilidade, deveriam ajustar seus gastos de tal modo que fosse possível aumentar sua satisfação mediante uma distribuição alternativa desses gastos entre os diferentes bens.

---

<sup>33</sup> ROBERTSON, Ross M.. *Jevons and His Precursors. Econometrica*. V. 19, nº 3, julho de 1951. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1906812>. Acesso em: 20 de setembro de 2015. pp. 233-238.

<sup>34</sup> HUNT, E. K., op. cit., pp. 280-283.

<sup>35</sup> TROSTER, Roberto Luis; MOCHÓN, Francisco, op. cit., p. 150.

<sup>36</sup> Ibid., p. 96.

<sup>37</sup> Idem.

Por fim, deve-se citar o pensamento de Knut Wicksell. Ele seguiu, basicamente, os demais pensadores no que foi exposto, cabendo, agora, apontar uma inovação por ele trazida à teoria econômica.

À época de Wicksell, acreditava-se que a mudança no nível de preços derivava da quantidade de moeda no circuito econômico, algo rompido pelo teórico, que reiterou que a mudança nesses níveis de preços não ocorre de forma direta, mas sim indireta, resultado das alterações das taxas de juros. O exemplo clássico do banco que empresta dinheiro a taxas de juros baixas, impulsionando o consumo e o aumento dos preços, bem ilustra a teoria apontada.

## 5. Crítica ao marginalismo em oposição à perspectiva clássica-marxista: uma análise econômica-jurídica

Várias críticas são opostas às ideias do marginalismo, o que será aqui analisado ponderando-se, também, nesse processo a obra de António José Avelãs no que couber<sup>38</sup>.

Uma primeira crítica aferível é feita ao modo como a Escola se propagou. O implemento da Escola Marginalista ou Neoclássica ao mesmo momento histórico de maior eclosão do capitalismo monopolista teria se dado como fonte legitimadora de uma ordem econômica desigual, em que a opulência da concentração econômica prevaleceria sobre o bem-estar social.

O âmbito da ciência econômica marginalista também é criticado.

Com o marginalismo se verificaria um domínio vasto da disciplina econômica, pois, lembrando Lionel Robbins, se incluiriam todas as condutas humanas na esfera de atuação do cálculo marginal. Por consequência, a ciência econômica pode se transformar na ciência universal da atividade humana, o que torna difícil o enquadramento da disciplina na classificação das ciências, criando dificuldades aos economistas quanto aos problemas a enfrentar.

Outra crítica levantada foca-se nas limitações dessa ciência econômica (propagada pelos marginalistas) centrada na análise do *homo oeconomicus*.

O *homo oeconomicus*, para os neoclássicos, é uma entidade que se baseia nos princípios universais da racionalidade econômica. As categorias do capitalismo, consequentemente, surgem como categorias universais, independentes das condições sociais, sendo corolários lógicos dos princípios universais. Tem-se uma sociedade formada por indivíduos isolados, cada um sendo o *homo oeconomicus* perfeitamente racional, que atua de forma indiferente aos acontecimentos políticos, sociais e econômicos. O princípio da racionalidade econômica atua em todas as eras, em todos os homens, indistintamente, desde o empregador ao operário.

---

<sup>38</sup> NUNES, António José Avelãs, op. cit., pp. 442-493.



Contudo, a crítica a essa posição argumenta que o princípio da racionalidade econômica só surgiu com o desenvolvimento das relações de produção. Tendo-se o lucro capitalista, o homem natural foi substituído pelo homem capitalista, que busca o lucro de forma racional. A empresa capitalista, portanto, destacou-se da economia doméstica do proprietário, graças ao desenvolvimento das sociedades anônimas. Com a empresa capitalista, a maximização do lucro é o único objetivo a ser seguido, sendo a adoção do cálculo econômico o meio para evitar a concorrência e o alcance daquele objetivo.

Feita a crítica negativa ao pensamento marginalista no tópico focado, a mesma faz uma alusão positiva. Essa concepção marginalista apresentaria uma vantagem: ao fixar como lei absoluta todos os seres humanos com um comportamento de *homo oeconomicus* egoísta e maximizador, poder-se-ia estabelecer os sujeitos econômicos com um atuar regular, com a previsibilidade dos objetos do mundo físico, aproximando a ciência econômica das ciências da natureza.

A possibilidade de a ciência econômica com os marginalistas ser uma pura ciência dos meios também é alvo de críticas.

Invocam os marginalistas a possibilidade de atribuir a ciência econômica um caráter neutro, distante dos valores éticos e políticos. Atribuíram a si os métodos das ciências físicas, baseados em leis universais.

Nesse tópico, o princípio de *Wertfreiheit*, de Max Weber, é levantado na análise crítica. Por esse princípio, Max Weber queria que nos trabalhos científicos não se misturassem opiniões com afirmações de caráter técnico. Não obstante, os cientistas são seres humanos, e não é fácil separar os elementos emocionais. Aquele princípio pode não ser absoluto, podendo os elementos valorativos ingressar na análise econômica. Nesse caso, devem ser esclarecidas as premissas de abordagem no plano valorativo, para não se passar às concepções filosóficas de início de estudo por resultados obtidos pela análise científica.

Somando-se ao exposto nesta última crítica tratada, referente a neutralidade da ciência econômica marginalista, diz-se que o pressuposto maximizador, que é sustentáculo dos marginalistas, é a negação da própria neutralidade invocada. Ao adotar-se a afetação eficiente dos recursos produtivos, para a maximização dos objetivos que deixem o consumidor satisfeito, ignoram-se outros objetivos (Ex.: estabilidade do emprego), afeitos a diversos grupos sociais. Essa desvalorização implica em um juízo ético, segundo o qual a sociedade deve valorizar este objetivo aos outros, o que leva a derrocada do postulado neoclássico (o pressuposto da teoria marginalista seria sua própria negação).

A última crítica feita ao marginalismo refere-se à possibilidade do trabalho neoclássico em compreender o capitalismo.

As relações de troca, no pensamento neoclássico, se desenvolvem entre os homens racionais em um regime de “concorrência perfeita”, evoluindo até a posição de equilíbrio de trocas, resolvendo-se todos os problemas de produção, distribuição e consumo. Realçam-se trocas de equivalentes, com trocas voluntárias conciliando interesses divergentes, proporcionando o máximo de utilidade a todos e cada fator de produção recebendo a parcela devida em um sistema de “justiça social”.

Esta definição, para a crítica, é uma apologia ao capitalismo. Essa apologia dissimula os interesses de classe, que acabam por controlar o sistema econômico. Por sinal, nos moldes do constitucionalismo vigente, como o brasileiro, a título exemplificativo, esse sistema econômico não pode preencher um conteúdo abusivo, devendo o poder econômico se ajustar aos limites da ordem econômica desejada constitucionalmente, que antevê esse poder voltado aos princípios constitucionais da livre iniciativa e livre concorrência, resguarda a justiça social e a estrutura equânime do mercado. A preservação dos direitos fundamentais e direitos sociais permanece uma congruência a ser tutelada.

Na análise marginalista, fica de fora o fato fundamental que caracteriza as relações de produção nas sociedades capitalistas: os capitalistas são os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores assalariados estão excluídos daquela titularidade.

Clara, portanto, seria a incapacidade dessa escola de compreender as categorias econômicas da sociedade, da diferenciação social, em que um precisa trabalhar e o outro pode escolher. Defronta-se com Adam Smith, que apostou o contrato de trabalho como não resultante de escolhas livres, com o regime assalariado sendo categoria própria do capitalismo. O trabalho de um operário acrescenta ao valor das matérias-primas, crescendo-se o valor da sua manutenção e o lucro do patrão. Cria-se um excedente, eliminado pelos marginalistas, que é o lucro do patrão (Smith) ou a mais-valia (Marx). Assim, essa ciência encobre os aspectos essenciais das relações de produção no capitalismo.

Nessa esteira, diz-se que os clássicos realizam uma persuasão mais concreta da relação econômica. A teoria do custo de produção encontra um denominador explicitado no valor do bem como equivalente ao trabalho despendido na produção. Smith e Ricardo tocam nessa acepção, e Marx aprofunda o questionamento.

Assevera aquele último que a própria relação estrutural da sociedade chancela o mecanismo decantado, em que o tempo excedente e o trabalho excedente proporcionam uma explicação do valor econômico que considera a exploração social. Ou seja, aprofunda em seu caráter crítico o que se propõe a estudar os marginalistas, que partem do pressuposto de que a economia se filtra em escolhas, destacando-se que os ganhos e perdas são recíprocos e, cumpre

ênfatar, em que os sujeitos atuantes estão em posição igualitária de relacionamento e com força suficiente para oposição de suas demandas.

A diferenciação social retratada, de outra maneira, também é verificável na análise do poder de compra dos sujeitos econômicos. Quem defende o mercado livre, enuncia que este seria uma outra face da democracia, onde nem o pobre é privado do direito de voto. Contudo, esquecem que é uma eleição em que alguns podem votar mais de uma vez, sendo que o peso de cada voto depende do que cada um gasta, tendo-se por base seu rendimento.

Nesse último sentido apresentado, os marginalistas ignoram o poder de compra das famílias, pressupondo, em uma perspectiva estática, escolhas racionais em uma concorrência perfeita, traduzindo-se em saber como gastar, em dado momento, perante uma dada dotação de bens, um poder de compra dado.

Diferentemente do que pregam os marginalistas, diz a crítica, é verificável a concorrência monopolista ou imperfeita, e não a concorrência perfeita tratada por Robbins. A mão invisível do mercado foi substituída pela mão visível das grandes empresas monopolistas com os tempos, concluindo-se que são elas que decidem a utilização dos recursos disponíveis, e não o mercado.

Novamente, o constitucionalismo contemporâneo busca evitar a situação retratada, preservando o poder econômico como capacidade fundante hábil de proporcionar progresso à sociedade, obstados seus limites abusivos em favor do próprio alcance do escopo constitucional de uma sociedade mais igualitária e justa, reservados os princípios instrumentais da ordem econômica estipulada. A justiça social se revela o escopo básico do ordenamento constitucional brasileiro, que se concretiza por um processo interpretativo de ponderação constitucional que leva em conta a realização dos direitos fundamentais e direitos sociais prescritos nos arts. 5º a 7º do documento constitucional, com destaque. A proteção do consumidor, do trabalhador, do próprio empresário precisa se auferir a esquemática de equilíbrio citada, como própria concretização do texto constitucional.

No sistema econômico capitalista, a satisfação das necessidades é um meio, e não um fim. Apenas se quer transformar um a soma de dinheiro em soma maior. Se se puder atender às necessidades do consumidor, tem-se algo satisfatório, mas caso não seja possível, deve-se pensar primordialmente no lucro, mesmo que se satisfaçam menos necessidades.

Com essa retaguarda é que se diz que a soberania do consumidor é um mito. O próprio direito do consumidor precisa se atentar a esse fato.

A soberania do consumidor é entendida, em primeiro lugar, como realidade preenchida por indivíduos livres, com informações completas sobre os caminhos a trilhar e, em segundo lugar, como a instituição que legitima os resultados da economia de mercado livre, postulando-se que a riqueza dos comerciantes é resultado de um plebiscito dos consumidores, e, uma vez adquirida, só

pode ser utilizada de forma benéfica aos consumidores, e, respeitados no processo originário de produção, os próprios direitos dos trabalhadores, de igual relevância aos demais citados.

A *mainstream economics* aclama essa decantada soberania do consumidor, mas ignora o poder de compra, ignorando, por conseguinte, a realidade, onde impera uma sociedade de consumo, em que os desejos deixaram de ser uma escolha individual passando a ser uma produção de massa (a publicidade das grandes empresas ganha presença nessa moldura). Galbraith informa que o que existe é a soberania do produtor, e não a do consumidor<sup>39</sup>. Ainda para ele, defender o inverso, não contribui para esclarecer os fenômenos sociais, ocultando-se a realidade, suprimindo ações sociais inconvenientes, e reforçando-se a soberania do produtor.

A ciência econômica tem de se assumir como ciência social, que se coloca ao serviço dos homens, e não para a sua destruição. A ciência jurídica, por seu lado, deve assimilar esse pressuposto, e reverter sua estrutura para esse bem objetivado.

O desenvolvimento da produtividade pelo progresso permite que se disponha de mais tempo para as atividades libertadoras do homem. Porém, pelo paradigma capitalista, é necessário produzir mais, para se ganhar mais dinheiro, e se consumir mais. Essa realidade deve ser afastada, se desenvolvendo uma racionalidade, mas não a propagada pelos marginalistas, mas uma que liberte o homem para se desenvolver e se identificar como ser humano que é, e não uma máquina de atendimento aos ideais capitalistas depositados nas mãos de uma minoria.

Os neoclássicos erram, segundo a crítica, aos ver os sentimentos humanos como independentes da interação social, identificando o bem-estar humano com o atendimento daqueles, ou seja, com o consumo de mercadorias. Os desejos, na verdade, são socialmente determinados, e sua satisfação pode ou não aumentar o bem-estar humano. O destino do produzido é socialmente definido, podendo ser benéfico ou não ao bem-estar do homem<sup>40</sup>.

O homem deve ser visto como um fim, e não como um meio, uma simples mercadoria<sup>41</sup>:

(...) o que é bom para qualquer indivíduo só pode ser conseguido com a busca simultânea de sua realização e participação pessoal, numa reestruturação coletiva da sociedade, para tornar possível esta realização social e pessoal de todos os seres humanos.

Conclui-se que a ciência econômica deve buscar um padrão de racionalidade, resolvendo problemas como o desemprego com a redução da carga de trabalho e aumento no tempo livre dos trabalhadores. Os direitos fundamentais e os direitos sociais não podem passar despercebidos na análise econômica que se pretenda comprometida com a sociedade e suas demandas. Os

<sup>39</sup> GALBRAITH, John Kenneth. *O Novo Estado Industrial*. 2ªed. São Paulo: Pioneira, 1983. p. 65.

<sup>40</sup> HUNT, E. K., op. cit., pp. 513-518.

<sup>41</sup> Ibid., p. 516.

marginalistas não resolvem esses problemas, pois falham no foco de sua análise, existindo o desemprego, a fome, dentre outros problemas, não pela escassez, mas pela falta de estabelecimento e atendimento dos direitos básicos. E, tem-se essa falta de direitos pelo fato da sociedade constituir-se de forma inapropriada, pois se assenta no poder de uma minoria (no aspecto político e econômico), representado pela propriedade burguesa (com a chancela do Estado), em detrimento da sociedade como um todo, oprimida, enfim, por um sistema que merece ressalvas como o sistema capitalista. O sistema de mais-valia, preconizado por Marx, é revelador nessa acepção. A própria democracia, que se pretende participativa nas luzes do século XXI, sofre com um processo de recrudescimento sob o aspecto retratado.

## 6. Os direitos fundamentais e sociais como perspectiva para análise das teorias econômicas

A Escola Neoclássica merece algumas considerações acerca de suas principais ideias, o que também toca os principais pontos do pensamento clássico-marxista.

É de bom alvitre começar tecendo duas críticas aos marginalistas.

Primeiramente, considerar o homem dotado da chamada racionalidade econômica, desde o início dos tempos, mesmo se supondo a completa ausência de convívio social, merece a devida ponderação. Indubitavelmente, a sociedade incute sentimentos no homem quanto a determinados aspectos da vida, como a aquisição de bens, sendo que a racionalidade do *homo oeconomicus* aparece somente com o desenvolvimento das relações de produção, em que o homem natural foi substituído pelo homem capitalista<sup>42</sup>.

A perspectiva da ciência neutra atribuída a economia com a nova abordagem marginalista também é difícil de ser constatada, pois, queira-se ou não, em toda atividade intelectual o homem, de uma forma ou de outra, acaba imprimindo seu trabalho com base nos seus direcionamentos filosófico-morais, o que impede a idealizada neutralidade em todos os campos do conhecimento humano.

A estrutura desenhada para o capitalismo, com base no esboço marginalista, merece uma reflexão mais acurada. Trata-se de um sistema de trocas, onde cada um não recebe a parcela condizente. O empregador, que arca com a estrutura do negócio e os dispêndios necessários para o seu funcionamento, recebe o produto financeiro respectivo, e o trabalhador recebe o salário. A mais-valia pode ser considerada oponível ao sistema, se revelando uma condição que gera um

---

<sup>42</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. 1ª ed. São Paulo: Edipro, 2015. pp. 65 e ss.

desequilíbrio a favor do empregador. Não se pode considerar, nesse sentido, o entendimento de Walras, que enuncia o lucro como um desequilíbrio que pode ocorrer no sistema, mas que não prejudica a inteireza do mesmo.

Criticar os marginalistas por não relevarem a divisão de classes no aspecto da relação produtiva, como conclamam os clássico-marxistas, se revela um parecer plausível, uma vez que o sistema capitalista se não bem investigado e regrado, pode se demonstrar uma estrutura em que nem todos têm a possibilidade de alcançar frutos<sup>43</sup>:

As crises capitalistas advêm tanto de crises de acumulação quanto de crises de regulação, podendo ser deflagradas justamente nas suas fraturas meramente econômicas ou mediante desarranjos políticos e sociais de monta. No mais das vezes, é verdade, as crises estruturais do capitalismo são crises tanto de regime de acumulação quanto de modo de regulação. Na medida em que determinado padrão médio de reprodução capitalista é também um escoramento de práticas de exploração e lucro em domínios políticos correspondentes, as crises não são, em geral, o desajuste apenas de um desses lados, mas de ambos e da própria escore constituída entre si.

Com efeito, as sequenciais crises capitalistas podem ser apontadas nesse sentido, a exemplo da crise das hipotecas de 2008, que motivou a perda de inúmeros direitos sociais em países europeus nos anos subsequentes, como concatenação dos efeitos originários dos distúrbios originados nos Estados Unidos da América.

Todo sistema pode gerar benesses sociais, mas como lembra Blaise Pascal, estando o homem envolvido, as chances de insucesso da trama são consideráveis. Devem ser proporcionados meios para que todos tenham o mínimo de condições para uma vida satisfatória e acesso a outros direitos mínimos (mínimo existencial)<sup>44</sup>, o que não se confunde com o consumo (outra crítica ao marginalismo), já que a vida, para o atendimento de suas necessidades, é muito mais abrangente do que a simples posse de bens materiais.

O acesso à dignidade da pessoa humana, a satisfação dos direitos fundamentais e sociais, implicam o oferecimento de condições de vida capazes de preencher a natureza humana, em termos intelectuais, familiares, de lazer, cultura, dentre outros fundamentos preconizados na Constituição Federal. Uma boa qualidade de vida pode passar pelo consumo, mas se concretiza por direitos que reconhecem a situação de desigualdade entre as pessoas, trabalhadores e empresários (p. ex.), fazendo-se necessário perseguir uma rota que amenize essas diferenciações, de forma a que os integrantes da sociedade tenham oportunidades mais plausíveis de alcançar os

<sup>43</sup> MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e forma política*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. p. 117.

<sup>44</sup> Cf. BARCELLOS, Ana Paula de. *A eficácia jurídica dos princípios fundamentais: o princípio da dignidade da pessoa humana*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. pp. 277-333.

fins colimados pela Constituição, cuja instrumentalização resta constante nos direitos fundamentais e sociais prescritos<sup>45</sup>:

Não basta prever que todos devem ter acesso aos bens e serviços mínimos para uma existência digna, fazendo-se necessário prever mecanismos que realmente efetivem a tutela almejada. Nesse sentido, palpável é a ideia do caráter programático da Constituição Federal, pois estabelece diretrizes a serem seguidas não só pelo estado, mas também pela sociedade, para a consecução das metas constitucionalmente almejadas.

Ilustrando o exposto, a educação, a cidadania eivada pela concretização dos dispositivos constitucionais pode se referir como um meio eficaz para a correção das distorções do sistema, sendo importante asseverar que a soberania do consumidor não pode ser considerada totalmente um mito. Tem-se a soberania do produtor em casos em que o consumidor, infelizmente, nem sempre apresenta a capacidade de repelir as táticas abusivas impostas, aliado ao não oferecimento de meios, pelo Estado, de uma eficaz defesa do consumidor frente aos abusos que possam ser perpetrados. Contudo, em termos estruturais, é admissível a análise marginalista acerca daquela soberania. A educação mais consistente servirá à consolidação desse preceito.

O pensamento de Alcides Tomasetti Junior<sup>46</sup> merece guarida, que elucida a potencialidade da soberania do consumidor, pois não são os empresários que determinam o que será produzido, e sim o mercado, havendo o risco de falência em caso de inobservância do preceito introduzido. Assim, conclui-se que a soberania do produtor, nesse caso, pode ser entendida como uma distorção do sistema em casos observáveis, não se constituindo uma regra imperativa. Cabe, porém, ao Estado um papel de destaque, que não pode permitir que o consumidor permaneça desamparado ao poder econômico desvirtuado, sem os instrumentos de proteção e garantia de direitos necessários.

Outrossim, a abordagem feita pelos marginalistas acerca dos fatores que determinam o valor de um bem também merece a respectiva análise, bem como a lei da utilidade decrescente. Os clássicos deram um primeiro passo na estruturação da teoria que melhor designe o valor de um bem, o que foi complementado pelos neoclássicos, que entenderam a subjetividade como motor da ação humana, do *homo oeconomicus*.

---

<sup>45</sup> REBÊLO, Felipe Cesar José Matos. *O princípio da igualdade e os direitos sociais: as ações afirmativas*. Revista Jurídica da Faculdade de Direito Dom Bosco, Curitiba, v. 5, n. 9, jan./jul. 2011. p. 79.

<sup>46</sup> Cf. TOMASETTI JUNIOR, Alcides. *Defesa do Consumidor, concentração industrial, reserva de mercado: perplexidades de um civilista atento ao noticiário*. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo, nº 1, pp. 16-26, abr./jun. 1992. pp. 18-19.

Por conseguinte, diz-se que, tomando-se os argumentos apresentados por clássicos, marxistas e marginalistas, o pensamento marxista merece a ponderação positiva, com vias a se estruturar uma sociedade com direitos aplicáveis e alcançáveis. A mais-valia não propaga equilíbrio, e nem se afigura um fato normal ao sistema. Qualquer diferenciação provocada entre os cidadãos, em termos econômicos, e que reflita no plano jurídico, não pode ser admitida como algo compreensível.

Os pensamentos de David Ricardo (apesar de economista clássico) e Walras resumem as ideias que merecem reavaliação. Traduz-se pela apropriação do lucro sem um cunho social de fundo e a estabilização da mais-valia como algo admissível ao sistema. Para Ricardo, a atividade econômica volta-se para o lucro, sendo este a fonte de acumulação, e esta é a condição de crescimento econômico e do progresso<sup>47</sup>. De outra monta, para Walras<sup>48</sup>, a propriedade conforma-se com a justiça, existindo 3 tipos de serviços produtivos, que são capital, terra e trabalho:

Cada indivíduo, agindo da mesma forma como maximizador da utilidade, vendia uma certa quantidade de serviços produtivos a um empresário, a fim de comprar alguns bens de consumo – e todo o processo era um mero exercício de maximização da utilidade através da troca. Cada serviço produtivo era pago pelo empresário exatamente de acordo com o valor que ele adicionava à produção. Os juros eram o pagamento do capital, a renda era o pagamento da terra e os salários eram o pagamento do trabalho. Em equilíbrio, estes pagamentos produtivos equivaliam exatamente ao valor do que tivesse sido produzido; *não havia mais-valia alguma nem lucro algum*: o lucro só se fazia presente quando havia desequilíbrio (sendo igual a um prejuízo em outro ponto do sistema).

Um sistema jurídico que realmente se pretenda comprometido com a justiça social, nos termos constitucionais, não pode ignorar as determinantes citadas. O *homo oeconomicus* precisa preencher sua finalidade institucional, cabendo a devida atuação cidadã e o devido repartimento da produção econômica, dentro de uma moldura em que o poder econômico necessita ser contido em suas abusividades, em que o indivíduo possa ser restringido a um simples aparelhamento para o funcionamento do sistema capitalista<sup>49</sup>, importante funcionalidade constitucional e da legislação infraconstitucional.

---

<sup>47</sup> NUNES, António José Avelãs, op. cit., p. 411.

<sup>48</sup> HUNT, E. K., op. cit., p. 309.

<sup>49</sup> Pachukanis pode ser considerado nesse ponto: "(...) a capacidade de ser um sujeito de direito finalmente se destaca da personalidade concreta viva, deixa de ser uma função de sua vontade consciente ativa e se torna pura propriedade social. A capacidade de agir é abstraída de sua capacidade jurídica. O sujeito de direito recebe um duplo de si na forma de um representante, que adquire um significado de ponto matemático, de um centro no qual se concentra certa quantidade de direitos" (PACHUKANIS, Evguiéni B.. *Teoria Geral do Direito e Marxismo*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017. p. 122).



O lucro precisa de sua função social, a mais-valia não pode se perpetrar como um jogo de soma zero, e o cidadão precisa ser atendido em suas necessidades, a serem fixadas por ele, e por mais ninguém. O Estado não pode se prestar ao atendimento de uma finalidade distinta desta, sob pena de se caracterizar por sua ilegitimidade, inclusive, com base no previsto constitucionalmente<sup>50</sup>:

A livre iniciativa, como liberdade econômica, possui na livre concorrência um limite à sua perpetração. Não obstante tutelem o direito dos agentes econômicos de se aventurarem no mercado, fornecendo garantias mínimas para tanto, o escopo, tanto da livre iniciativa, como da livre concorrência, é o alcance da justiça social, um fim constitucional (a preservação da existência digna, conforme os ditames da justiça social). (...) Por conseguinte, normal a inferiorização pontual da força específica da livre iniciativa e da livre concorrência, mormente na questão da tutela dos direitos mais interessantes ao empresariado, uma vez que a defesa do consumidor deve ser favorecida.

A compreensão das estruturas é essencial. Não obstante, minimizar ao máximo possível as desigualdades provocadas é mais fulcral ainda, com a consequente equalização no usufruto de direitos pelos membros da sociedade.

## Conclusão

As doutrinas econômicas clássica, marxista e marginalista, abordam com as devidas peculiaridades, pontos inerentes da explicação econômica no tocante a estruturação da produção, bem como acerca dos efeitos que podem ser observáveis sobre a harmonia social.

Em que pesem uns atribuíam, em sua teoria do custo produção, o volume do trabalho despendido como reflexível sobre o valor do produto, outros visualizam a utilidade como o caractere essencial para a atribuição da importância de um bem, sendo ainda vislumbrável que o a harmonia social resta intacta no processo de análise econômica, em que os agentes atuantes sofrem com ganhos e perdas recíprocos.

Com base no pesquisado, porém, entendeu-se que a questão social merece uma ponderação ainda mais aguda, mormente quando se leva em conta a existência e aplicabilidade dos direitos essenciais, fundamentais e sociais, previstos na Constituição Federal.

Encontram-se sujeitos que não se encontram no mesmo degrau de ocupação social, principalmente quando se consideram as relações trabalhistas, e, é claro, sem se desconsiderar as relações consumeristas. Os direitos básicos de trabalhadores e consumidores merecem a devida

---

<sup>50</sup> REBÊLO, Felipe Cesar José Matos. *Atividade Econômica e Publicidade Comparativa: a defesa do consumidor e da concorrência*. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2013. pp. 102-103.

afeição, uma vez que se sujeitam, nos limites próprios, as atuações específicas dos empresários e detentores dos meios de produção, com condição de impor sistematicidades àqueles.

Portanto, análise econômico-jurídica não pode se desenvolver sem considerar esses fatos, uma vez que a devida aplicabilidade dos direitos fundamentais e sociais perpassa perceber essa situação de desigualdade e, com base na ponderação constitucional, se dirigir ao caminho em que as devidas distorções devem ser combatidas, de forma a obstaculizar a atuação do poder econômico que não se coadune com as diretrizes constitucionais.

Em outros termos, diz-se que os sujeitos são diferenciados, e uns acabam sendo integralizados ao sistema capitalista em posições desfavoráveis, tal qual os trabalhadores em relação ao empresariado. O tempo excedente e a produção excedente, corolários da mais-valia marxista, são observáveis, cabendo a análise econômico-jurídica considerar tal pressuposto, e não se ater unicamente ao pressuposto da eficiência e satisfação dos desejos nos termos marginalistas, que cumpre uma análise científica, mas distante, em pontos pertinentes, do contexto social que a Constituição Federal, em seus direitos essenciais, exige uma atuação compensatória para que o escopo da justiça social seja atingido.

## Referências

BAGNOLI, Vicente. **Direito e Poder Econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

BARCELLOS, Ana Paula de. **A eficácia jurídica dos princípios fundamentais: o princípio da dignidade da pessoa humana**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

BOUCHER, George. **Marxismo**. Petrópolis: Vozes, 2015.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica**. Revista de Economia Política. V. 29, nº 2, pp. 163-190, abril/junho de 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n2/01.pdf>. Acesso em: 25.03.2016.

DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo**. 9ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

GALBRAITH, John Kenneth. **O Novo Estado Industrial**. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1983.

HUNT, E. K.. **História do Pensamento Econômico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1981.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 27ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Livro I. V. I.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

NUNES, António José Avelãs. **Uma Introdução à Economia Política**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

PACHUKANIS, Evguiéni B.. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

PINHO, Diva Benevides. Evolução da Ciência Econômica. In: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (orgs.). **Manual de Economia**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

REBÊLO, Felipe Cesar José Matos. **Atividade Econômica e Publicidade Comparativa: a defesa do consumidor e da concorrência**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

\_\_\_\_\_. **O princípio da igualdade e os direitos sociais: as ações afirmativas**. Revista Jurídica da Faculdade de Direito Dom Bosco, Curitiba, v. 5, n. 9, pp. 75-90, jan./jul. 2011.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e de Tributação**. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

ROBERTSON, Ross M.. Jevons and His Precursors. **Econometrica**. V. 19, nº 3, julho de 1951. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1906812>. Acesso em: 20 de setembro de 2015.

ROSAVALLON, Pierre. **O Liberalismo Econômico: história da ideia de mercado**. Bauru: EDUSC, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. 1ª ed. São Paulo: Edipro, 2015.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. São Paulo: Madras, 2009.

STIGLER, George J.. The Economics of Carl Menger. **The Journal of Political Economy**. V. 45, nº 2, abril de 1937. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1824519>. Acesso em: 20 de setembro de 2015.

TOMASETTI JUNIOR, Alcides. Defesa do Consumidor, concentração industrial, reserva de mercado: perplexidades de um civilista atento ao noticiário. **Revista de Direito do Consumidor**, São Paulo, nº 1, p. 16-26, abr./jun. 1992.

TROSTER, Roberto Luis; MOCHÓN, Francisco. **Introdução à Economia**. 2ª ed. São Paulo: Makron Books, 1994.

**Enviado em: 01/06/2017**

**Aprovado em: 16/07/2017**